Entre o analista e o candidato

Notas sobre o discurso de Renan Santos e sobre os limites da esfera política

Vinicius Gomes

1. Uma impressão que pede justificativa

Na última terça-feira, dia 02/09/2026, assisti à entrevista de Renan Santos no Flow News. Terminei de ver o vídeo com uma impressão que pretendo justificar ao longo deste texto: o presidente do partido Missão é um excelente expoente da realidade brasileira. Se não conseguir provar meu ponto ao longo da sua leitura, espero, pelo menos, mostrar que a tese contrária não se sustenta.

Meu ponto é: ele é, em essência, um (bom) analista político antes de ser um candidato. Consegue expor com sensibilidade e profundidade a situação do país, e a envergadura de tecnicidade do que ele diz me lembrou menos a de outros candidatos e mais a de gente como Malu Gaspar, Mara Luquet, Carlos Andreazza, Felipe Moura Brasil — e, por que não, Reinaldo Azevedo (jornalistas cujas análises acompanho). Essa capacidade do candidato/analista não vem do nada: Renan Santos apresenta, há anos, lives diárias em seu canal do YouTube, onde mantém a série "Análises Renais". Ou seja, a naturalidade com que discorre analiticamente sobre os assuntos vem de seus programas, e não de seus comícios.

Mas, antes de defender a minha impressão sobre a entrevista, devo ao leitor duas coisas: um pedido e a explicação dos meus pressupostos. Começo pelo pedido, porque sem ele o resto não tem como ser lido direito.

2. Duas premissas, antes do argumento

Tenho um hábito: antes de debater com alguém, gosto de deixar as premissas bem claras. Faço isso porque a maior parte dos debates que naufragam não naufraga por falta de razão de um dos lados, e sim por falta de acordo sobre o que estava sendo feito ali. O que vem a seguir, portanto, não é argumento. São duas condições — e são um pedido.

A primeira é a boa vontade interpretativa. Um debate pressupõe que cada lado use de boa vontade ao interpretar o argumento do outro, isto é, que leia a versão mais forte do que foi dito, e não a mais frágil. Sem isso, qualquer palavra mal colocada vira munição: monta-se um espantalho no lugar da tese, derruba-se o espantalho e declara-se vitória. É barato, é eficaz e não move ninguém a lugar nenhum. Ao longo deste texto haverá frases mal colocadas — sempre há. Peço ao leitor que as leia pelo que quiseram dizer; e prometo fazer o mesmo com quem me responder.

A segunda é mais difícil, porque é uma tentação de todos nós: a boa vontade seletiva. É o hábito de avaliar uma proposta por quem a diz, e não pelo que ela diz. O mecanismo é simples de descrever e quase invisível de reconhecer em si mesmo: se o autor está no meu campo, leio com generosidade e completo as lacunas por ele; se está no campo contrário, leio com lupa e cobro dele o que jamais cobraria do meu. Isso não é rigor. É rigor distribuído de forma desigual, que é outro nome para parcialidade.

Estou pedindo isso por dois motivos, e o segundo é mais importante que o primeiro. O primeiro é que este texto elogia um candidato, e o leitor que não gosta dele terá diante de si um convite permanente a exercer a boa vontade seletiva. O segundo é que eu estou exposto ao mesmo vício, só que na direção contrária: simpatizo com boa parte do que ouvi, e quem simpatiza tende a perdoar o que não perdoaria em outro. Dediquei uma seção inteira deste artigo (a de número 8)

às objeções justamente por isso — é a minha tentativa de cobrar de mim aquilo que estou pedindo de você.

Se, em algum momento da leitura, você se pegar rejeitando uma proposta antes de tê-la entendido, ou aceitando outra apenas porque veio de quem veio, então o problema deixou de ser o Brasil e passou a ser o modo como conversamos sobre ele. Escorregar nisso uma vez é humano — eu escorrego. Fazer disso um método, perdoe-me a sinceridade, talvez o torne parte daquilo que estou descrevendo neste artigo. E esse é um problema que nenhuma política pública jamais alcançou..

3. A política não é a gênese de todos os problemas

Eu, sinceramente, detesto transformar todas as reflexões sociais (do Brasil ou do mundo) em um assunto "político" — e não gosto muito quando meus interlocutores o fazem. Em certo sentido, posso conceder que, no final das contas, qualquer assunto social e econômico é político (tomando-se uma definição bem ampla da palavra). Só que fazer essa redução logo de saída é meramente um efeito retórico, e um efeito caro: quando toda análise de um problema é resumida à palavra "política", o problema deixa de ser algo a entender e vira algo a disputar, entregue ao cálculo eleitoral antes de ser devidamente descrito.

Os problemas brasileiros podem (e precisam) ser tratados também dentro dos âmbitos filosófico, sociológico, econômico, teológico e até matemático. Dizer que "tudo é política em última instância" é mais ou menos como dizer que todo fenômeno físico é, em último grau, quântico. A afirmação é verdadeira e, ao mesmo tempo, completamente inútil para quem precisa projetar uma ponte. O nível de descrição adequado é aquele que tem poder explicativo sobre o problema que se tem em mãos — e, em se tratando do Brasil, a maior parte desses problemas não pode ser resolvida no nível das discussões partidárias.

É exatamente por isso que a entrevista me surpreendeu positivamente (confesso que não só essa, mas outras também). Goste você ou não, estamos diante de um candidato que opera em outro nível de respostas e colocações — e isso deveria animá-lo, pois eleva o debate público.

4. Três marcas de quem analisa antes de propor

4.1. Ele separa os dois papéis — e diz isso em voz alta. Em determinado momento da conversa, sem que o entrevistador peça, ele faz a distinção explicitamente:

> *"A questão toda é que, para construir isto, eu preciso despertar as pessoas. E aí, se eu fizer agora, tirando o chapéu do Renan candidato — eu vou tomar a maior bronca do nosso time de fazer isso — tirando o chapéu, mas virando o chapéu pro Renan analista..."*
>
> Flow News #065, 29:30

O mesmo aceno é repetido mais adiante, ao explicar por que outro candidato cresceu nas pesquisas: "eu, por mais que seja candidato, eu também sou um analista, vamos dizer, político" (23:02). O gesto é pequeno, mas revela o seu hábito mental: ele sabe que descrever e disputar são operações diferentes, e sabe quando está fazendo uma coisa ou outra. A maioria dos candidatos não sabe, ou finge não saber.

4.2. Ele descreve mecanismos onde quase todo mundo moraliza — e moraliza onde quase todo mundo descreve mecanismos. Note o trecho sobre compra de voto e observe a estrutura diagnóstica:

> *"Se você for nos Jardins, em São Paulo, o bairro mais rico de São Paulo, ninguém vende o voto. [...] Quando as pessoas dependem de políticos para ter acesso a um exame, a um emprego, a arrumar a rua, [...] você tem que votar nesse político. [...] Onde tem atividade econômica real e as pessoas são livres, não se vende o voto. Essa é a regra geral."*

Flow News #065, 34:03–34:49

Repare no que essa formulação faz. Ela substitui um juízo moral por uma variável: dependência. Não é que o pobre seja pior; é que a estrutura de incentivos em que ele vive torna o voto uma moeda útil, e a estrutura em que o morador dos Jardins vive, não. É uma proposição falsificável, do tipo que se pode testar contra dados. É sociologia, e sociologia razoavelmente ortodoxa: a mesma velha dependência pessoal que os nossos clássicos descreveram como o tecido íntimo da vida pública brasileira.

Ao mesmo tempo, o candidato/analista consegue se indignar com o eleitor sem considerá-lo inimputável nem hipossuficiente. Essa indignação nasce da compreensão de que o ser humano é um agente autônomo, dotado de valores que não podem ser integralmente explicados pelo ambiente. Ao constatar isso, percebemos uma análise complexa e multidimensional, digna de quem é letrado em mais de uma disciplina.

Nesta entrevista ele não cita clássicos da interpretação do Brasil como Raízes do Brasil (de Sérgio Buarque de Holanda) nem Casa-Grande & Senzala — o único clássico que recomenda, em duas horas e meia, é a Guerra do Peloponeso, de Tucídides, e o usa muito bem, para explicar como potências entram em guerra por procuração antes de entrarem em guerra (2:15:18). Ainda assim, é possível reconhecer, no modo como ele descreve o país, ecos evidentes dessa tradição.

O ponto, portanto, não é que ele tome a nossa tradição interpretativa como imperativa. É algo mais interessante: ele chega às mesmas categorias por outro caminho — rodando o país durante um ano. Quando diz que, num distrito eleitoral puro, "o pastor muito famoso daquela região ou o coronel daquela região sempre ganha" (42:00), está descrevendo mandonismo local sem usar a palavra. Um homem que reencontra Raízes do Brasil pela estrada me impressiona mais do que um que o cita de cadeira.

4.3. Ele encadeia causas em vez de listar queixas. A terceira marca é a mais rara. Além de denunciar situações, o entrevistado ordena as denúncias numa hierarquia causal — o que é difícil para um leigo. Ele desce até o que considera a causa mais primária:

> *"As pessoas capazes de fazer coisas complexas no Brasil são 8% da população [...] E isso explica que, se só 20 milhões de pessoas fazem coisas complexas num país de 210 milhões, que o Brasil seja muito desigual. [...] E aí de onde vem esse problema? Da alfabetização."*
>
> Flow News #065, 49:20–49:46

A cadeia é explícita, e o mais importante nela é que não termina: o último elo recria as condições do primeiro.

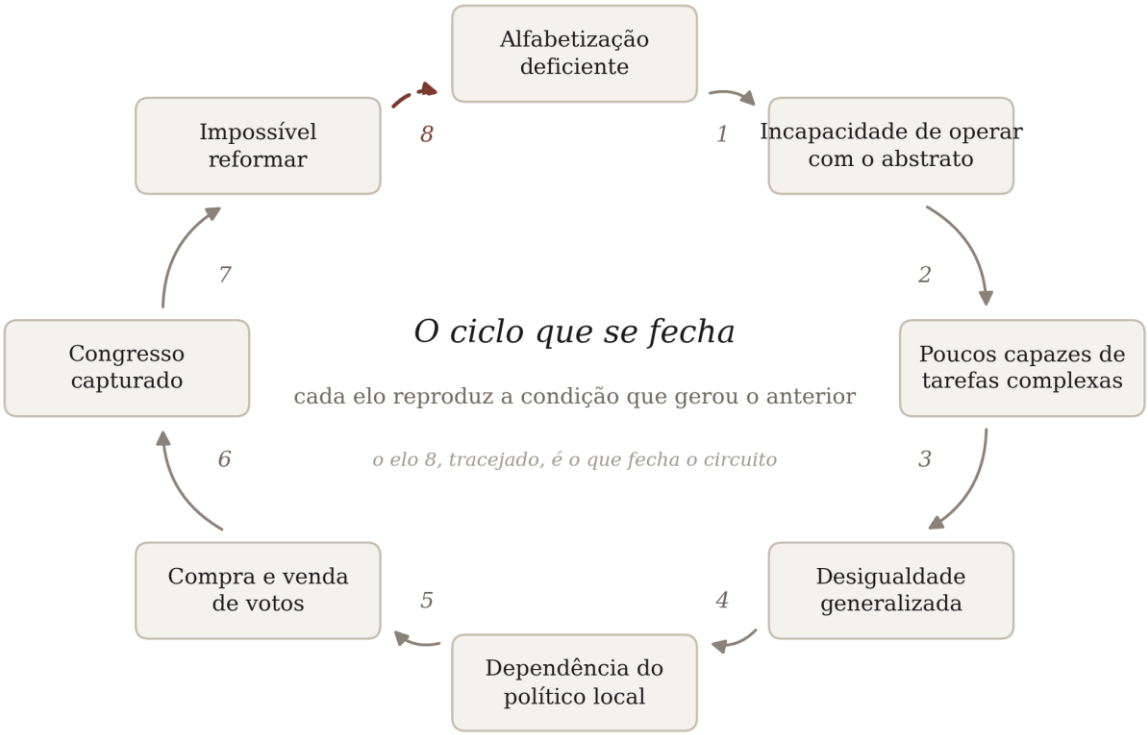


Figura 1 — A cadeia causal descrita na entrevista: cada elo produz as condições do seguinte, e o último recria o primeiro.

Cada elo pode ser contestado. Mas note: aqui somos apresentados a uma tese, com direção de causalidade declarada, e não a uma promessa — e apresentar teses é próprio de acadêmicos. A diferença entre uma coisa e outra é a diferença entre um analista e um marqueteiro — e ele descreve, com todas as letras, como um marqueteiro escreve os planos de governo dos dois primeiros colocados (20:30).

5. “O brasileiro vota mal”: o diagnóstico mais duro e, possivelmente, o mais mal compreendido

O trecho de contornos mais incômodos é aquele em que Renan Santos afirma, sem rodeios, que o brasileiro vota mal e que esta eleição elegerá uma multidão de corruptos (arrancando até um riso de canto de boca do apresentador) — chega a apostar publicamente que entrarão pelo menos 280 deputados do centrão (35:53). E ele sabe o custo do que está dizendo: “eu sou um anticandidato, viu, Igor? Tô xingando eleitor” (1:33:50).

Muitas pessoas podem ouvir arrogância. Eu ouço outra coisa: o reconhecimento de um limite. Ele é candidato a presidente, isto é, candidato a ocupar o vértice da esfera política — e está admitindo que, mesmo lá, não terá instrumento algum para impedir que o brasileiro eleja gente de postura moral duvidosa. E não terá porque isso simplesmente não está dentro da esfera política. Está na esfera moral, ética e, no fundo, até religiosa de nosso povo.

O candidato chega a arriscar um ensaio psicológico antes do parecer político. Ele descreve a apatia brasileira não como preguiça, mas como uma adaptação ao abuso contínuo: “a pessoa que é vítima de tanto abuso começa a não perceber mais que está sendo abusada; ela acha que o abuso faz parte da rotina dela” (15:39). E, sobre a violência, a mesma estrutura: “a gente vive números de guerra, mas a gente já aceitou que isso é parte do nosso dia a dia” (1:02:29). Isso não é desprezo pelo povo. É uma descrição clínica de uma população anestesiada — e uma mentalidade anestesiada é exatamente o tipo de coisa que nenhuma política pública remove por decreto.

6. Onde a política consegue atuar?

Diante de todas essas bases, o analista/candidato começa a falar de suas atitudes enquanto Presidente da República:

> *"Se o povo brasileiro vai eleger 280 tranqueiras, eu vou ter que trabalhar com o que o povo brasileiro me deu. [...] Não vai dar para eu passar tudo que eu quero se eu não fizer uma composição."*
>
> Flow News #065, 1:30:14

O que vem depois é o desenho da composição: o partido que quiser participar do governo assina uma resolução vinculante comprometendo a bancada a votar as matérias que o elegeram; em troca, recebe pastas administradas por "nome técnico ilibado", sem estatais; e tudo é tornado público. O raciocínio por trás é institucional: o Brasil, diz ele, é na prática um parlamentarismo disfarçado, herdado de 1988, em que se elege um presidente que não manda, e portanto é preciso ganhar duas eleições — a do voto e a da maioria (1:32:12). Se é assim, que se governe com as regras do parlamentarismo, explicitamente.

E aqui entra a consonância com o meu pensamento (externado no item 3 deste artigo). Não será um problema estritamente político que colocará "tranqueiras" no poder; porém, atitudes políticas podem minorar o comportamento ruim. Não quero dizer neste artigo que endosso ou rejeito a proposta que Renan Santos apresenta ao tirar o chapéu de analista e colocar o de candidato. Também não quero enganar meu leitor fazendo-o pensar que não tenho apreço pela solução proposta. Meu ponto é dizer que o entrevistado só apresenta a proposta depois de deliberar intensamente sobre o problema — ou seja, nos bastidores do partido, as propostas são as conclusões, e não as premissas, que decorrem do problema diagnosticado.

E, para não deixar o leitor sem a descrição da proposta: nesta etapa da entrevista somos introduzidos ao que ele chama de Lei de Responsabilidade Gerencial, que consiste em amarrar repasses e elegibilidade de prefeitos a metas de água, esgoto, alfabetização e atividade econômica, para que o prefeito que trabalha bem produza cidadãos menos dependentes dele, quebrando a base da compra de voto (36:20–39:17). Portanto, nenhuma proposta tenta fazer o brasileiro virar outra pessoa: elas tentam mudar o ambiente em que ele decide. Isso me parece a coisa mais adulta que se pode esperar de um projeto político. E aqui eu cobro do leitor a primeira das premissas que estabeleci no item 2. Antes que se venha falar genericamente de aplicabilidade e constitucionalidade, note que supor que um grupo político capaz da análise que descrevi até aqui simplesmente não tenha examinado aplicabilidade e constitucionalidade antes de desenhar o seu plano de governo não é uma objeção: é uma recusa antecipada a considerar. Uma objeção de verdade aponta onde o desenho falha — e essa eu leio com prazer, porque ela me ensina alguma coisa. A outra só me informa que a conversa não vai acontecer.

7. O que fica de fora da política — e de quem é esse trabalho

Fica de fora a parte mais importante. Se a apatia, a tolerância ao roubo e a preferência pelo político simpático sobre o político honesto são fatos morais, então o remédio não é legislativo. É formativo. E formar gente é lento: um mandato dura quatro anos; uma mudança de mentalidade dura uma geração, ou três.

A solução política é proporcional ao que a política pode oferecer. A alfabetização pelo método fônico resolve a leitura; não resolve a consciência (e nem precisa). Porém, uma nação alfabetizada será capaz de realizar operações complexas; operações complexas melhoram a remuneração dos trabalhadores; e trabalhadores bem remunerados são menos propensos a vender o voto.

Há um detalhe da entrevista que quase passa batido e que, para mim, foi bastante desconfortável: ao descrever como funciona a derrama de dinheiro em período eleitoral, ele lista quem recebe para

arregimentar a base — cabos eleitorais, líderes comunitários e "alguns pastores evangélicos" (31:12). Dito de passagem, sem ênfase, como quem descreve o óbvio.

Eu tenho defendido, há algum tempo, que os valores do cristianismo protestante nunca chegaram de fato à sociedade brasileira (desenvolvo essas teses em outros artigos). A frase dita de passagem numa entrevista de campanha é a confirmação mais econômica dessa tese que eu sustento. Se a esfera que sobra é a moral, e se quem deveria ocupá-la aparece na lista de quem recebe a derrama, então o problema não é só que a política não alcança a moral: é que a instância responsável pela moral também está comprometida.

8. Objeções que eu levo a sério

Primeira: isso é elitismo travestido de análise.

Dizer que 8% da população consegue ler um texto denso e que o povo vota mal soa, para muitos ouvidos, como desprezo de classe. Porém, quando se presta atenção ao argumento, percebemos que o cerne é a condição, e não a natureza: em nenhum momento ele localiza a causa no caráter do pobre — localiza na alfabetização e na dependência, que são falhas de instituições, não de pessoas. Por outro lado, fazer uma crítica aos ouvintes é, na linguagem do entrevistado, uma forma de provocar o eleitor; e só se provoca quem se considera capaz de entender a mensagem, refletir e mudar (um elitista não supõe tal capacidade).

Segunda: culpar o eleitor inverte a responsabilidade.

Quem tem poder é quem deve responder; transferir o ônus para quem tem menos informação e menos escolha é conveniente demais para os "de cima". A objeção é justa, e o teste é simples: ele culpa só o eleitor de baixa renda? Não. O trecho mais áspero da entrevista inteira é sobre a elite — "a elite brasileira não presta", diz ele, depois de contar que passou seis meses conversando com bilionários brasileiros e concluiu que eles preferem viver da alta taxa de juros a arriscar em atividade produtiva (1:52:08–1:53:28). O diagnóstico atribui responsabilidade a todos — com toques de proporcionalidade bem evidentes na entrevista.

Terceira: a "composição com linhas bem definidas" é o mesmo toma-lá-dá-cá de sempre, com outro nome.

Esta é a objeção mais forte, e eu não tenho resposta completa. Uma resolução partidária vinculante é escrita em papel, e papel não segura centrão — partido brasileiro rompe compromisso escrito com a mesma facilidade com que troca de sigla. O que diferencia a proposta é apenas isto: a negociação é feita antes e em público, em vez de depois e no balcão. É pouco? Pode ser! Mas publicidade é uma forma de controle real, e o custo de romper um acordo assinado diante das câmeras é maior que o de romper um acordo que nunca existiu oficialmente. De todo modo, quem ler este texto como endosso da proposta está lendo mais do que eu escrevi: eu a acho coerente com o diagnóstico, o que é diferente de achá-la completamente exequível ou inerrante.

Quarta: no fim das contas é tudo política mesmo — a sua distinção de esferas de atuação não se sustenta.

Aqui eu insisto. "Tudo é político" e "tudo se resolve na política" são proposições diferentes, e a primeira é usada o tempo todo para contrabandear a segunda. Que todo problema coletivo tenha, em algum ponto, consequência política é trivialmente verdadeiro. Que o instrumento adequado para tratá-lo seja sempre político é falso, e demonstravelmente: nenhuma lei produz vergonha, gratidão, honestidade ou coragem cívica. Reduzir tudo à política é conveniente porque transforma qualquer discordância em posição de campo, e posição de campo dispensa argumento. É justamente essa dispensa que eu recuso.

Quinta: e se o realismo virar cinismo?

Existe um ponto em que dizer "o povo desistiu" deixa de ser diagnóstico e vira desistência. A própria entrevista chega perto disso mais de uma vez — "você fica com vergonha de ser honesto", ele diz (1:44:38). É uma frase comovente e perigosa, porque uma análise que se conclui em cansaço não mobiliza ninguém. Um diagnóstico duro só é útil se vier acompanhado de alguma tarefa possível para quem escuta — e a tarefa que sobra, no meu entendimento, não é só eleitoral. Outro ponto é que, conhecendo o Renan Santos de outras entrevistas, esse relato — em tom mais pessoal — pode estar ecoando a célebre frase atribuída a Rui Barbosa:

> *"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."*

Mais do que desanimar, essa frase visa provocar um incômodo; e, mais uma vez insisto: provoca-se incômodo em quem não se atribui capacidade de reflexão e de mudança?

9. Conclusão

O que quero destacar nesta entrevista não é nenhuma proposta específica (embora creia que as pessoas devam entender e se aprofundar mais na tese da Lei de Responsabilidade Gerencial). É o método: descrever antes de prescrever; buscar mecanismo em vez de culpado (sem deixar de atribuir responsabilidade pessoal onde ela cabe); ordenar as causas; e — principalmente — saber dizer onde a própria competência termina. Um candidato que admite que existe uma dimensão do problema brasileiro que a Presidência da República não alcança está dizendo algo raro e, do meu ponto de vista, verdadeiro.

Concordar com o diagnóstico não obriga ninguém a concordar com o remédio, e menos ainda a votar em quem o formulou. Mas a qualidade da nossa conversa pública melhora quando alguns problemas voltam a ser tratados como problemas — filosóficos, sociológicos, econômicos, teológicos — e não apenas como território disputado. Se essa entrevista fizer alguns de nós voltarem a pensar nesse registro, ela já terá feito mais pelo país do que a maior parte do que se ouvirá nesta campanha.

E, para os que têm a mesma vocação que eu, fica a parte incontornável da conta: aquilo que a política não alcança não deixa de existir por isso. Só muda de endereço. O entrevistado não escolheu entre o analista e o candidato: usou o primeiro para ser mais competente no segundo. Numa alusão a Weber, vale lembrar que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não são opostas que se excluem — tomadas em conjunto, fazem o homem inteiro. Entre a análise e a proposta pode haver tensão, mas não contradição: a boa prática nasce de um bom embasamento teórico, e a boa tese se comprova na prática. Quem exerce os dois papéis com competência não fica livre de dilemas, mas fica livre dos falsos — e resolve os verdadeiros sem precisar ficar entre a cruz e a espada.

Nota sobre as citações

Todas as citações e timestamps remetem a "RENAN SANTOS — Flow News #065" (Flow Podcast, 2h28min), conferidos na transcrição automática do YouTube. Como a transcrição é gerada por máquina e erra nomes próprios, as falas foram levemente normalizadas (pontuação, hesitações removidas) sem alteração de sentido; recomenda-se conferir de ouvido qualquer trecho antes de reproduzi-lo em vídeo ou na imprensa. A frase sobre "ter vergonha de ser honesto" é tradicionalmente atribuída a Rui Barbosa, mas a atribuição é contestada e a fonte primária não é pacífica — por isso ela aparece aqui como atribuída.